

Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos[§]

Angela Kageyama[†]

RESUMO

O artigo resume algumas visões recentes sobre os conceitos de pluriatividade e ruralidade a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, enfocando basicamente seus aspectos metodológicos. Dois conceitos chaves são destacados: o de economia local e o de inserção das unidades econômicas (famílias ou empresas) nessas economias. Ao final são feitas sugestões para aplicação dos conceitos em pesquisa empírica, ressaltando as limitações e dificuldades envolvidas.

Palavras-chave: agricultura, pluriatividade, economias locais.

ABSTRACT

The paper summarizes some recent visions about the concepts of pluriactivity and rurality found in the literature, focusing mainly their methodological aspects. Two key concepts are emphasized: local economy and insertion of the economic units (families or households) in those economies. Some suggestions are made aiming at the use of the concepts in empirical research, taking into consideration the limitations and difficulties involved.

Key words: agriculture, pluriactivity, local economies.

[§] Trabalho desenvolvido com Bolsa de Pesquisa do CNPq para o Projeto Rurbano, representando uma parte da pesquisa bibliográfica desse projeto. Em continuidade estão sendo realizadas pesquisas empíricas em diversos estados do Brasil, seguindo os passos metodológicos gerais sugeridos pela revisão da literatura. Para maiores detalhes acessar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

A autora agradece os comentários e sugestões de José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann a uma versão preliminar do trabalho. Agradece também as sugestões de um *referee* da revista.

[†] Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas

1 Dificuldades preliminares: definições

Os dois conceitos que abrem o título deste artigo são largamente utilizados. Servem de base não apenas a classificações e descrições empíricas, mas também à formulação e implementação de políticas, orientam institutos nacionais de estatísticas em sua coleta de dados, dão origem a múltiplas teses de mestrado e doutorado e, no entanto, sua definição nem sempre é precisa ou uniforme.

Há porém um certo consenso de que, na maioria dos países desenvolvidos e em alguns Estados do Brasil (São Paulo, Paraná, Santa Catarina), há uma tendência de crescimento da importância da pluriatividade para as famílias e regiões antes centradas na agricultura, ao lado de uma redução dos territórios antes classificados como eminentemente ou exclusivamente rurais, ainda que não se utilize uma definição universal desses termos.

Nossa primeira tarefa será recolher da bibliografia selecionada as principais definições daqueles dois termos, para posteriormente refletirmos melhor sobre seu significado analítico.

1.1 Tempo parcial ou pluriatividade?

O fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões “rurais”, dando lugar aos “empregos múltiplos” e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial.

No capítulo sobre emprego do Relatório de 1992 da Comissão das Comunidades Europeias sobre a situação da agricultura na Comunidade as estatísticas distinguem claramente os trabalhadores (empresários, familiares ou empregados) a **tempo parcial** (isto é, pessoas que trabalham apenas uma fração do tempo de trabalho anual de uma pessoa empregada “a tempo inteiro”) e em outra classificação os **pluriativos** (isto é, pessoas que possuem “outra atividade lucrativa” além da atividade principal). Em 1987, por exemplo, para o conjunto da Europa dos 12 (exceto Dinamarca) havia 8,4% de pluriativos entre os empresários agrícolas¹ ocupados em tempo integral, 33% de pluriativos entre os

1 Foram considerados apenas os empresários que são simultaneamente os próprios chefes das explorações agrícolas, responsáveis pela sua gestão corrente e cotidiana.

de tempo parcial tipo 1 (de 50% a menos de 100% do tempo de trabalho completo) e 43% de pluriativos entre os de tempo parcial de tipo 2 (menos de 50% do tempo completo).

Por esses dados fica evidente que os dois fenômenos não podem ser totalmente superpostos: o tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Mais ainda: é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa. O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com a pluriatividade, enquanto o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análises do subemprego ou subocupação. Exemplificando, pode-se ter um indivíduo pluriativo que trabalha apenas metade da jornada normal (ele seria pluriativo e tempo parcial), assim como uma pessoa ocupada em tempo integral que pratica agricultura em tempo parcial porque se dedica a outras atividades (urbanas, por exemplo) no resto do tempo (ele seria um pluriativo, com ocupação em tempo integral e praticando agricultura de tempo parcial). Esses casos, se aparentemente esdrúxulos quando precisamente formulados, não são incomuns nas áreas rurais mais dinâmicas. Mas, ao contrário das estatísticas, nem sempre os autores que analisam a pluriatividade distinguem claramente os aspectos acima indicados.

Existe, de fato, um longo debate histórico acerca desses termos. Na ótima revisão empreendida por Fuller (1984) podemos acompanhar as diferentes conotações e conceituações que a expressão “agricultura de tempo parcial” (*part-time farming*, termo cunhado por Rozman em 1930) foi adquirindo desde os anos 30 até meados dos anos 80, em função da importância econômica e política atribuída ao fenômeno nos diferentes países da América, Europa e Japão. Em outro trabalho (Fuller, 1990) pode-se acompanhar a passagem do termo “agricultura de tempo parcial” para “empregos múltiplos” (*multiple job-holding*, termo usado inicialmente por Fuguitt nos anos 50-60) e, finalmente, para “pluriatividade” (*pluriactivity*, expressão típica do fim dos anos 80 na Europa, no contexto das reformas da PAC).

Resumindo, até os anos 50, tanto nos Estados Unidos como na Europa a agricultura de tempo parcial tinha como foco de análise o produtor - geralmente à frente de um pequeno estabelecimento -, as fontes de renda e com uma abordagem geralmente descritiva e regional. No final dessa década, porém, dois elementos decisivos foram atribuídos ao conceito: primeiro, a idéia de que a unidade de análise pertinente no caso é a **família**, e não o “operador” (*farm operator*) porque a família é a instância no âmbito da qual é tomada a decisão de praticar agricultura no todo ou em parte do tempo, uma vez que essa decisão

depende do conjunto dos recursos disponíveis e de escolhas e necessidades do grupo familiar; o segundo elemento novo surgido no período, principalmente no nível das estatísticas europeias, foi a incorporação do **tempo de trabalho** (em número de dias ou de equivalentes de força de trabalho por ano) como medida do grau de atividade fora da fazenda que serviria para identificar uma família como de tempo parcial ou não. Anteriormente, apenas o critério de renda servia para esse fim.

Na década seguinte os estudos empíricos sobre diferentes tipologias da agricultura de tempo parcial dominaram o debate, sendo dessa época algumas importantes contribuições envolvendo o novo termo “*multiple job-holding*”, numa tentativa de dirigir o foco prioritariamente para fora da fazenda, para as atividades não-agrícolas, embora ainda o objetivo central fosse o seu efeito sobre o desempenho da propriedade agrícola.

De meados da década de 70 até os primeiros anos da década de 80 uma série de seminários internacionais,² além de diversos livros e números especiais de periódicos (ver Fuller, 1984) ensejaram um verdadeiro renascimento da pesquisa e do debate sobre a agricultura de tempo parcial, ficando bem estabelecidos dois aspectos: que a unidade de análise relevante no caso é a família ou, para alguns autores, o estabelecimento familiar (*household*) e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

Fuller (1984) propõe, a partir de seu estudo histórico sobre o conceito de agricultura de tempo parcial, as seguintes distinções:

- * **agricultor de tempo parcial** : pessoa que trabalha parte do seu tempo na agricultura;
- * **unidade agrícola (estabelecimento) de tempo parcial**: estabelecimento que, com o nível corrente de recursos, não consegue gerar uma demanda de trabalho correspondente ao trabalho completo de um ano (para seus membros);
- * **unidade agrícola de tempo integral**: aquela em que nenhum membro da família tem emprego remunerado fora;

2 Guelph Symposium, Canadá, 1975; Wye College Workshop, 1976 e Seminar, 1977, Inglaterra; Mixed Households, Yugoslavia, 1981.

- * **estabelecimentos/famílias com empregos múltiplos (*multiple job-holding households*)**: em que existem rendas agrícolas e não-agrícolas, podendo a renda externa superar ou não a renda agrícola obtida no estabelecimento. Este último conceito enfatiza a natureza multissetorial, a pluralidade de atividades econômicas das famílias agrícolas, que irá desembocar na idéia de pluriatividade.

O conceito de MJHFH (*multiple job-holding farm households*), embora não novo na época, foi a base do programa de pesquisas do Arkleton Trust³ nos anos 80 e procurava, de um lado, remover a ênfase no setor agrícola e, de outro, isentar o termo de conotações pejorativas ligadas à idéia de “tempo parcial”.(Fuller, 1990) A pesquisa colocou em relevo a importância de outros fatores além da lógica interna da unidade familiar, tais como: composição e ciclo vital da família, presença de mercados de trabalho não-agrícolas e diversas características do contexto regional e local, inclusive políticas, na conformação e evolução dos empregos múltiplos (MJH). Estes, por definição, referiam-se especificamente a atividades remuneradas em base contratual convencional (*gainful employment*).

No final dos anos 80, a ampliação do conceito visando incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro levou a pesquisa do Arkleton Trust à adoção do termo **pluriatividade**, que pode incluir: emprego em outros estabelecimentos agrícolas, p. ex. trabalho assalariado; atividades “paraagrícolas” como alimentos e bebidas processados; atividades não-agrícolas no estabelecimento, p. ex. turismo e alojamento; atividades externas não-agrícolas, p. ex. assalariamento.(Fuller, 1990, p. 367)

Nas palavras do autor:

“Pluriatividade descreve, assim, uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências).”(Fuller, 1990, p. 367)⁴

3 Esse programa de pesquisa foi um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com *surveys* em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de 300 estabelecimentos e painéis com 70 estabelecimentos nos anos intermediários. No *survey* levado a efeito em 1987 o projeto adotou como definição operacional de estabelecimentos pluriativos aqueles em que algum membro adulto tivesse uma atividade remunerada sazonal ou regular além da atividade primária agrícola.

4 Para tornar a leitura mais fluente, esta e outras citações foram traduzidas de sua língua original pela autora.

Na visão de Fuller, portanto, há uma evolução que vai do conceito de agricultura de tempo parcial para empregos múltiplos (MJH) e, finalmente, para pluriatividade, no sentido de ampliar o peso dado às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que se estabelecem entre as unidades produtivas e os contextos regionais, especialmente os mercados de trabalho. É no bojo dessas discussões que há uma “redescoberta”, segundo Fuller, do desenvolvimento local e das comunidades.

Do fim dos anos oitenta até os primeiros anos da década de 90 seguiram-se vários trabalhos conceituais e metodológicos sobre tempo parcial e pluriatividade na agricultura. Uma discussão específica sobre definições encontra-se no *Journal of Agricultural Economics* (Inglaterra) do período. Lund (1991), por exemplo, criticando o uso do critério de “**outro trabalho remunerado**” na definição de “agricultura em tempo parcial” “agricultor em tempo parcial” e “família agrícola em tempo parcial” (tal como em Gasson, 1988, cit. por Lund), propõe que inicialmente se classifiquem os **indivíduos em tempo parcial** em oposição aos de tempo integral segundo os seguintes critérios:

- (a) trabalham menos do que uma jornada integral estipulada, no estabelecimento agrícola;
- (b) possuem outra(s) ocupação(ões) remunerada(s);
- (c) possuem alguma outra ocupação remunerada e a agricultura não é a principal atividade, seja em termos de tempo de trabalho ou de renda.

Para Lund o termo “agricultor em tempo parcial” deve ser reservado para os que preenchem apenas o primeiro critério (a), enquanto “pluriativo” “múltiplo emprego” ou “mais de uma ocupação remunerada” devem ser usados para identificar os que preenchem os critérios (b) e (c). Estes dois últimos critérios, desde logo, podem ser usados para unidades como família e estabelecimento, enquanto a idéia de *part-time* só se aplica em referência às práticas laborais individuais.

Gasson (1991), em réplica à proposta de Lund, concorda que

“Parece de fato racional descrever agricultores que têm outras ocupações como ‘dual-job ou multiple-job holders’ e reservar o termo ‘part-time’ para os agricultores que trabalham menos do que a jornada integral estipulada na agricultura.”(Gasson, 1991, p. 200)

Admite que deve concordar que *part-time* não é a melhor forma de descrever uma **atividade** (p. 201), mas mesmo assim prefere manter o conceito de *part-time farming* sob

o argumento de que para as políticas agrícolas de sustentação das unidades agrícolas nas áreas rurais é importante dispor de uma definição que contenha a idéia de combinação de diferentes fontes de renda e sua contribuição para um “fundo comum” de sustento da família, sejam essas fontes provenientes de pessoas da família, de outros membros do domicílio ou mesmo de parceiros de negócios.

Nos trabalhos ligados à pesquisa do grupo Arkleton muitas vezes pluriatividade e tempo parcial aparecem indistintamente como sinônimos. Por exemplo, Newby (1987, p. 157), assim se expressa:

“(...) a exploração agrária pluriativa (isto é, a exploração agrária a tempo parcial) ...”

Na mesma coletânea de pesquisas vemos a opinião de Barthez (1987) indo em direção oposta: para essa autora a pluriatividade pode ser uma consequência da atividade (especificamente a agricultura) em tempo parcial, mas não são a mesma coisa. A população agrícola ativa a tempo parcial define-se pela não utilização de todo o seu tempo de trabalho na atividade agrária (tomou-se como referência a jornada semanal de 39 horas). Coloca-se então o problema da utilização do tempo restante, que pode ser a **inatividade** ou sua alocação numa **atividade distinta**, geralmente externa. Só neste último caso configura-se a pluriatividade. Mas nem isto é assim tão simples porque, com seu desenvolvimento, a “atividade” passa a ser um atributo pessoal, e na família pluriativa cada indivíduo tende a exercer uma única atividade. Isto parece ser mais evidente no caso das esposas de agricultores, as quais, encontrando uma nova atividade fora da exploração agrícola, tendem a abandonar a “dupla atividade” e a dedicar-se em tempo integral à atividade externa.(Barthez, 1987. p. 172)

No Brasil, veja-se, por exemplo, o artigo de Marcondes (1962), que estudando as relações entre a industrialização e o surgimento da agricultura em tempo parcial em São Paulo define seu objeto em termos de duas variáveis: tempo aplicado na atividade e existência de outras fontes de renda:

“Agricultor em tempo parcial é todo aquele que sistematicamente emprega parte do seu tempo e do de sua família nas lides agrícolas, auferindo alguma renda, quase sempre inferior àquela que regularmente retira de uma outra atividade profissional ou econômica.”(Marcondes, 1962, p. 31)

A principal diferença entre esse trabalho e os outros aqui citados é que ele enfoca centralmente o indivíduo urbano que, com a tecnificação industrial ou a aposentadoria, passa a dispor de tempo livre para se ocupar da agricultura como *hobby* ou com finalidade econômica, mas de qualquer modo como “segunda atividade”. Nos demais trabalhos a agricultura é vista como a atividade principal e as outras fontes de renda como complementares.

Outro trabalho mais recente (dos Anjos, 1995), embora traga em seu título a expressão “agricultura em tempo parcial” e não utilize o termo pluriatividade sequer uma vez, trata basicamente deste último fenômeno. Já em Graziano da Silva (1997a) a distinção aparece claramente: tempo parcial relaciona-se com tempo de trabalho, pluriatividade relaciona-se com diversificação de atividades, geralmente em mercados não-agrícolas:

“Pode-se dizer que as atividades agropecuárias já constituem uma atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores no Brasil, não apenas porque as atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais, mas também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas ocupadas em tempo integral, que também deveriam ser consideradas parte dos subocupados.” (Graziano da Silva, 1997a, p. 53)

“A pluriatividade (...) é conseqüência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem.” (p. 62)

Mas em outro trabalho do mesmo autor - Graziano da Silva (1997b, p. 77-78) - confundem-se os dois conceitos:

*“No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma ‘pós-industrial’ tem um ator social já consolidado: o **part-time farmer**, que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento (...). Em resumo, o **part-time** não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.”*

Parece claro que a idéia de pluriatividade diz respeito ao desempenho simultâneo de atividades econômicas diversificadas por um indivíduo ou uma família, como apontam Le Heron *et alii* (1994):

*“No fim dos anos 80 o debate refletiu a visão de que os desenvolvimentos contemporâneos na produção agrícola e nas interações entre os agronegócios, os estabelecimentos e as famílias ligados à agricultura deveriam ser teorizados, primeiramente, como parte da evolução mais ampla do capitalismo e, segundo, como parte de uma rede multissetorial de atividades que iam muito além da fazenda. Desta perspectiva, o fenômeno da **pluriatividade** ou múltiplos empregos e múltiplas fontes de renda é visto como parte integral da geografia da acumulação e da contínua mercantilização das relações sociais de produção e reprodução.”*

Para esses autores a pluriatividade é potencialmente um resultado de diversas “negociações” ou estratégias entre indivíduos que possuem diferentes posições na família e no negócio agrícola, e que ajustam suas atividades levando em conta o ciclo familiar, a organização do estabelecimento e do trabalho doméstico, os riscos envolvidos na menor dedicação à atividade agrícola, visando assegurar a continuidade da família no negócio agrícola de uma geração à seguinte. Assim, a pluriatividade deve ser entendida em contextos específicos; no caso em questão (Nova Zelândia), por exemplo, a inserção das unidades familiares em sistemas de produção de *commodities* altamente capitalizados, as reformas políticas dos anos 80, o aumento do desemprego e da participação das mulheres na força de trabalho, a redução do tamanho médio das famílias e a tendência a aumentar os gastos em ativos não-produtivos foram elementos cruciais na conformação de um contexto em que a pluriatividade estendeu-se e ganhou características específicas (grande participação de mulheres, sobretudo em ocupações profissionais qualificadas, como ensino e enfermagem; manutenção de alta dependência da renda proveniente da atividade agrícola na cadeia de *commodity* a que se alinha o estabelecimento; pluriatividade derivada mais de fatores externos do que de retornos inadequados da própria atividade agrícola).

Também Carneiro (1995, p. 50) aponta a importância do contexto na compreensão do que vem a ser a pluriatividade:

“As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária (...)

quanto pelos agentes sociais nela implicados (...) através da noção de pluriatividade. (...) este termo homogeneiza fenômenos sociais distintos, com significados que variam segundo a dinâmica de reprodução das pequenas unidades produtivas.”

A autora analisa três situações históricas (numa aldeia dos Alpes franceses) para mostrar como a prática da pluriatividade preenche funções distintas, como reforço para a reprodução ou para a modernização da agricultura familiar ou como expressão do abandono da atividade agrícola.

Um outro estudo (Cabral, 1987), em duas regiões de Portugal, aponta as diferenças no papel da pluriatividade nas estratégias de abandono parcial das atividades agrícolas pelos camponeses. Num caso - o dos parceiros pobres do Noroeste - a sobrevivência depende mais do assalariamento de membros da família fora da agricultura do que da atividade agrícola, e estes se caracterizam, na verdade, como assalariados que exercem a agricultura em tempo parcial. A pluriatividade representa, para esses operários-camponeses, uma solução que evita a proletarização completa. No outro caso - o dos camponeses abastados do Oeste - o abandono parcial da agricultura se dá “pelo alto”; a combinação de atividades agrícolas com outras, sobretudo o comércio nas feiras e mercados rurais, fortalece a economia camponesa:

“A pluriatividade nos parece, assim, menos como uma etapa em direção ao abandono da agricultura do que como uma orquestração, em torno da agricultura, de uma multiplicidade de atividades - produtivas e não-produtivas para uma população rural cujos membros continuam simultaneamente estimuladores e instrumentos de estratégias de crescimento da renda global indivisa dos grupos domésticos camponeses.”(Cabral, 1987, p. 202)

A partir dessa revisão parece-nos adequado adotar uma posição próxima à de Lund (1991), estabelecendo que a pluriatividade refere-se à combinação de atividades - por indivíduos ou famílias - em diferentes setores, portanto diferentes mercados, da economia; para o que nos interessa, no entanto, restringiremos o “conceito” para o caso em que um desses setores seja a agricultura. “Conceito” está entre aspas para chamar a atenção para o fato de que nem todos os autores concordariam com essa classificação. Veja-se, por exemplo, a posição de um autor expressa num dos mais importantes programas de pesquisa sobre pluriatividade, o Arkleton Research:

“O termo ‘pluriatividade’ não é um conceito, mas apenas uma noção empírica que corresponde às situações em que a família agrícola não obtém a totalidade de suas rendas da produção agrária primária nem tampouco dedica a esta a totalidade de seus recursos.” (Blanc, 1987, p. 89)

Os trabalhos de Shucksmith (Shucksmith *et alii*, 1989 e Shucksmith & Smith, 1991) vêm a pluriatividade como uma idéia provavelmente menos profícua analiticamente (se tomada de forma isolada) do que o foco nas **estratégias familiares**, dentro das quais a diversificação (ou pluriatividade) pode desempenhar algum papel. O foco desses trabalhos é a compreensão da persistência das propriedades agrícolas familiares em certas regiões da Escócia e no Reino Unido em geral, concluindo que três fatores principais foram responsáveis por esse fenômeno: a) a multiplicação de propriedades relativamente grandes com uma queda simultânea do uso de trabalho assalariado, ensejando uma substituição de trabalho contratado por trabalho familiar; b) a alta flexibilidade das relações familiares, que possibilitou a adoção de diferentes estratégias diante das mudanças nas condições dos mercados; c) a presença de fontes de renda adicionais à agricultura, especialmente turismo e recreação (pluriatividade). Nesse contexto, o conceito relevante mais geral é o de estratégias das unidades familiares (*farm business strategies*), sendo a pluriatividade apenas um de seus possíveis componentes, uma forma potencial de incrementar as rendas. Essa proposta, a nosso ver, abre uma linha de investigação interessante porque contextualiza a pluriatividade no conjunto de decisões das empresas familiares, visando à acumulação ou, na pior das hipóteses, à sobrevivência. O que os autores pretendem é tirar o caráter “inclusivo” da categoria pluriatividade (*catch-all category*), colocando-a como uma entre outras estratégias, tais como a busca de novos mercados ou as tentativas de redução de riscos.

1.2 A definição de rural

“Rural: Uma sociedade ou comunidade pode ser classificada como rural, e não urbana, pelos seguintes critérios, que indicam áreas de um continuum: menor densidade demográfica, menor diferenciação social, menor mobilidade social e espacial; índices mais baixos de mudança social; agricultura como ocupação principal; posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico.” (Dicionário de Ciências Sociais, FGV, p. 1090)

“Na situação URBANA consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação RURAL abrangeu toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.”(Censo Demográfico de 1991, IBGE, p. 9)

Ressalta nessas definições, que de uma forma ou de outra reflete a maioria das definições encontradas nas estatísticas nacionais ou nos trabalhos analíticos, o caráter **relativo** do rural, como oposição, complemento ou resíduo de sua contraparte, o urbano. Mais do que isso, os elementos que definem o rural são indicadores de “desenvolvimento” (especificamente, de “menor” desenvolvimento) e, portanto, relativos também no tempo. Está-se tentando definir, por conseguinte, um objeto cambiante no espaço - porque o avanço da urbanização redefine seus limites - e no tempo - porque os elementos que o definem estão em permanente processo de mudança. Saraceno (1994a p. 468) resume bem o argumento:

“O paradoxo da ruralidade é que ela é definida em termos negativos e só pode permanecer rural se não sofrer mudança ou se declinar. É impossível para uma área rural desenvolver-se sem que automaticamente se torne não-rural.”

Esse problema tem sido contornado, de forma recorrente, principalmente pelas instituições responsáveis pelas estatísticas e políticas territoriais dos diversos países, por meio de “categorias intermediárias” como periurbano, semi-rural, “campo urbanizado” (Bagnasco, 1997), “novo rural” (Graziano da Silva, 1997b), que tentam preencher o espaço do suposto *continuum* entre aqueles dois extremos.

A OCDE, por exemplo, no âmbito de seu Programa de Desenvolvimento Rural, vem utilizando um esquema territorial com três níveis, combinando critérios demográficos. Para os 26 países membros, cerca de 50.000 comunidades locais são agrupadas de acordo com a densidade demográfica⁵ em 2.000 regiões, classificadas como: **predominantemente rurais** (mais de 50% da população vivendo em comunidades rurais); **significativamente rurais** (entre 15% e 50%) e **predominantemente urbanizadas** (abaixo de 15%).(OECD, 1996)

5 Se tiver menos de 150 habitantes por km² a comunidade é definida como rural. Para o Japão o limite é de 500 hab/km²

O INSEE, na França, criou a categoria “periurbano” para designar comunidades rurais localizadas em volta de cidades. Seu crescimento seria interpretado apenas como alargamento das atividades urbanas, dando continuidade ao padrão anterior das migrações. Nessa categoria estão incluídas todas as comunidades industriais com no mínimo 100 empregos industriais e uma empresa com no mínimo 20 assalariados. O rural é restrito a comunidades com menos de 2.000 habitantes em áreas contíguas e sem qualquer indústria relevante. Nessa perspectiva as áreas periurbanas podem crescer não apenas pelo deslocamento dos rurais para essas áreas mas também pelo deslocamento dos urbanos que preferem morar longe do centro. E as áreas rurais, pela própria definição, só podem ir perdendo população e emprego porque para ser classificado como rural não pode haver indústria.(Saraceno, 1994b)

Uma outra estratégia foi seguida pelos italianos. O ISTAT dividiu a população em 4 categorias: o rural, o semi-rural, o semi-urbano e o urbano, mas essas categorias nunca foram de fato usadas em pesquisas relevantes, embora o Instituto tenha estatísticas detalhadas sobre elas. O problema é que a dicotomia rural-urbano não atende mais às necessidades teóricas de explicar as diferenças regionais na Itália, aparecendo o tamanho das comunidades como uma variável muito mais relevante. Assim, por exemplo, a reversão das migrações tendeu a ser explicada, nesse país, mais em função das desigualdades regionais do desenvolvimento (uma explicação nacional, portanto) e não pelo corte rural-urbano.(Saraceno, 1994b)

Finalmente, outro exemplo conspícuo é o da nossa PNAD, que permite atualmente desagregar a situação do domicílio em 5 tipos de áreas: urbana urbanizada, urbana não urbanizada ou isolada, rural extensão do urbano, aglomerado rural e rural exclusive.⁶

O problema, no entanto, não se resolve criando categorias intermediárias, porque o conceito de rural tem limitações - se se pretende utilizá-lo como categoria analítica, por exemplo para explicar as desigualdades territoriais do desenvolvimento - na sua própria concepção, o que requer uma revisão mais profunda de seu significado.

Carneiro (1997), por exemplo, tem uma visão bastante crítica tanto da idéia de dicotomia (extremos) como da de *continuum* entre urbano e rural. Recorrendo a autores que sustentam a necessidade de analisar o rural centrado-se nas relações sociais, argumenta:

6 Comentários sobre as definições podem ser encontrados em Graziano da Silva (1997c).

“Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo [de decomposição e recomposição de sistemas sociais] e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre ‘cidade’ e ‘aldeia’ ou ‘urbano’ e ‘rural’ desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem ‘urbana’ ou ‘rural’ ”(Carneiro, 1997. p. 155)

Considerando que a ruralidade não é uma realidade “empiricamente observável” mas uma “representação social” definida culturalmente por atores sociais (p.181), propõe a noção de **localidade** como expressão das múltiplas formas de interação desses atores (que desempenham atividades heterogêneas, agrícolas ou não) com a sociedade e a economia global:

“(...) a noção de localidade (...) denota apenas a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específico. Em outras palavras, a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve.”(Carneiro, 1997 p. 162)

Apesar do enfoque antropológico, que não é o que nos interessa mais de perto, o trabalho citado toca no ponto essencial: a necessidade de abolir a noção de rural como conceito básico para os fins analíticos da economia, sociologia e desenvolvimento regional, mas preservar, em algum outro conceito que venha a substituí-lo, o componente espacial ou territorial. A noção de “localidade” é desse tipo; a de “economia local” também, como veremos adiante.

Encontramos uma noção de **localidade** utilizada como instrumento empírico, bem como analítico, nos estudos sobre desenvolvimento rural coordenados por Murdoch e Marsden (1994), também visando à superação da classificação rural-urbano. Para esses autores a compreensão dos vários padrões de diferenciação que levam os espaços a se distinguirem uns dos outros requer analisar os complexos processos que compõem e conformam cada localidade ou região. No caso da recente diferenciação do chamado “rural” (na Inglaterra), esses processos dizem respeito ao que os autores denominam “*land development*”· primeiro, e mais importante, as mudanças no uso da terra, que geraram “mercados segmentados de terra”, orientados a diferentes setores de produção e consumo (agricultura, preservação ambiental, habitação, lazer, turismo); segundo, novas atitudes sociais que

criaram os “novos residentes rurais” pessoas de classe média em busca de um lugar para morar no campo, embora seus vínculos econômicos estejam nas cidades, além de novas atividades de recreação nas áreas rurais; terceiro, a pressão das indústrias manufatureiras e serviços em busca de terra e de construções fora dos grandes centros urbanos. As “localidades rurais” são então caracterizadas como pontos de encontro de diversos conjuntos de relações sociais que interagem em forma de redes, que conformarão o seu caráter material e social. Nessa abordagem combinam-se níveis micro e macro (atores individuais x contexto), como ilustra a seguinte passagem:

“Sugerimos que o processo de desenvolvimento territorial [‘land-development’] pode ser estudado por essa forma e, com isso, a localidade rural pode ser considerada como uma série de resultados físicos e sociais surgidos à medida que os atores perseguem seus objetivos no interior dessas redes. A localidade é assim um ponto de encontro onde redes se interceptam e onde alguns atores podem impor seus interesses sobre outros. Com o tempo, esses resultados vão se compondo para dar lugar a uma formação sócio-espacial.”(Murdoch e Marsden (1994, p. x-xi)

Apenas para não deixar passar em branco, lembramos que a identificação do corte rural-urbano (territorial) com o corte agricultura-indústria (setorial), ou seja, a identificação do rural com o *locus* das atividades agrícolas, obviamente já foi superada, razão pela qual não nos estenderemos sobre o assunto. Como aponta Carneiro (1997), dois fenômenos recentes têm contribuído ainda mais para que o espaço rural não se defina exclusivamente pela atividade agrícola: o crescimento da pluriatividade entre a população rural e a procura crescente de formas de lazer ou opções de moradia no campo por pessoas vindas das cidades, que o transformam em lugar de vida, em vez de espaço de produção. Para todos os efeitos, parece clara a idéia de que o rural é uma categoria **espacial** que independe, **para sua definição**, da exclusividade ou predominância da atividade agrícola, embora quase sempre esta ainda represente a maior parte de seu produto e de seus empregos.

2 O problema dos níveis de análise

A passagem dos conceitos teóricos ao campo de análise empírico quase nunca se dá sem dificuldades (nem nas ciências sociais e nem sequer nas ciências ditas exatas), e o caso presente não constitui exceção.

No caso da pluriatividade, para muitos autores, a unidade de análise - seja para construir tipologias de cunho quantitativo seja para estudos sociológicos e antropológicos mais aprofundados - deve ser a **família** (*family*) ou a **unidade de exploração familiar** (*farm household*), porque é nesse âmbito que são tomadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência do grupo doméstico e de reprodução dos ativos aplicados na exploração agrícola. (Ver dos Anjos, 1995, p. 50-52)

Marsden (1990), por exemplo, compara dois sistemas pluriativos: um sistema de reprodução semi-autônomo, no qual os fatores e *inputs* são produzidos internamente nas propriedades familiares e só há relações de mercado para a venda dos produtos, e um sistema de reprodução dependente do mercado, em que os fatores e produtos são comprados e vendidos. Neste último, a unidade familiar integra-se em diversos circuitos mercantis, envolvendo o emprego de diferentes fatores de produção, como pequenas unidades industriais, lojas, novas máquinas e trabalho, além dos associados à própria agricultura. Ela se integra em diferentes mercados, com diferentes níveis de apoio estatal e sujeitos a diferentes políticas. Nesse contexto,

“uma importante batalha se desenvolve, assim, pelo controle das habilidades e trabalho entre a unidade familiar pluriativa e os agentes externos que procuram influenciar o processo de produção diretamente.”(Marsden, 1990, p. 378)

Nesse modelo, níveis subseqüentes de mercantilização se expressam em termos de divisão e redivisão do trabalho na família, segundo gênero e gerações. O sistema semi-autônomo é sustentado pela reconversão de ativos agrícolas em novos investimentos, por exemplo, transformação da propriedade em ofertadora de serviços (em vez de produtos), como *bed-and-breakfast*, alojamento para cavalos, pousadas para turismo etc. Neste modelo, é a família que resiste à mercantilização, aumentando as rendas não-agrícolas da propriedade rural.

Na Nova Zelândia, Le Heron *et alii* (1994) destacam que a pluriatividade deve ser conceituada como um *continuum*, no sentido de que uma multiplicidade de situações sociais emerge do fato de as famílias agrícolas terem várias atividades. Por exemplo, a pluriatividade pode representar tanto uma estratégia de sobrevivência (permitindo postergar a perda da propriedade ou a diferenciação para baixo) como uma estratégia de expansão de capital (o aumento da renda permite a compra de mais terra ou outros ativos produtivos, favorecendo a diferenciação para cima). Destacam também que a adoção da unidade empresa familiar (*farm-household*) na análise permite tratar a fazenda como um

campo relacional em que interagem o negócio, a família e o domicílio (como conjunto dos habitantes) e que é necessário explorar a interação entre a organização familiar, o mercado e as relações de produção, sem pressupor separação ou dominância entre esses níveis. A pluriatividade é uma das respostas das famílias a mudanças nas circunstâncias econômicas e sociais, devendo portanto sua análise explorar tanto o contexto como a unidade produtiva familiar, ou seja, o nível micro.

O trabalho de De Benedictis (1995) retoma as linhas metodológicas da pesquisa internacional feita para a CE sob o patrocínio da fundação inglesa Arkleton Trust. Sob uma hipótese “espacial” de trabalho de que são múltiplas as formas de pluriatividade, determinaram áreas de estudo ou sistemas territoriais representando diferentes contextos em que as empresas familiares estavam se diferenciando e se desenvolvendo. O tema implícito na metodologia adotada é o “processo de diversificação da realidade territorial” e o papel da empresa familiar agrícola nesse processo, sendo inseparáveis, portanto, as unidades familiares e o contexto em que operam. Constatando que a pluriatividade não era, como se chegou a pensar, o prenúncio da saída da agricultura, mas uma solução funcional no nível micro (ao elevar a renda familiar e viabilizar a permanência no campo) e meso (viabilizando indústrias locais); que as características da família (dimensão, composição, ciclo de vida, escolaridade) eram extremamente importantes na determinação das estratégias da empresa familiar; e que o contexto (econômico, social, institucional e cultural) era uma importante variável explicativa dos processos de diferenciação, adotou-se um esquema analítico que tinha uma área relativa à unidade familiar e outra relativa ao contexto. Assim, a pesquisa empírica deveria considerar as características do contexto (meio físico, mercados de trabalho e produtos, políticas) e os mecanismos de interação entre contexto e unidade familiar, a fim de tornar compreensíveis as decisões de curto e longo prazo que formam as estratégias familiares e seus impactos sobre a diferenciação socioeconômica da estrutura agrária.

A referência espacial relevante (“região”) é a economia local (a cidade e seu entorno rural) que forma o “ambiente produtivo” ou contexto. A análise da capacidade de desenvolvimento das áreas rurais - dada pela sua diversificação interna e suas formas de integração com o exterior - deve ter portanto dois pólos, as empresas (ou as famílias) e o contexto ou economia local em que se inserem.

No mesmo grupo de pesquisa encontra-se o trabalho de Mantino (1995), que propõe dois pontos metodológicos importantes: 1) que a unidade de análise para a pesquisa deve ser a família pluriativa (pelo menos um membro com atividade não ocasional fora da propriedade); 2) que a pluriatividade é função das características da família e da

segmentação do mercado de trabalho. Para o autor, no estudo da pluriatividade e mercados de trabalho é importante que a unidade analisada seja a família, por três razões principais: a família é a unidade de decisão de alocação dos recursos familiares e da empresa; há forte interdependência entre as decisões da família e o desenvolvimento da economia local (contexto), notadamente nas áreas de industrialização difusa; a unidade familiar tem sido objeto de importantes políticas agrícolas e sociais. A família representa pois

“uma estrutura social organizada, com uma divisão interna de trabalho, com papéis diferenciados, estrutura hierárquica e processos internos de socialização e controle coerentes.”(Mantino, 1995, p. 267, citando Bagnasco, 1988, p. 89)

A classe socioprofissional, o ciclo vital, a instrução, a capacidade empresarial, o sexo, a idade e os papéis intrafamiliares são as variáveis explicativas da alocação do trabalho entre a produção própria, o mercado de trabalho e as atividades domésticas, e as pesquisas sobre industrialização difusa na Itália ressaltaram que a família é uma unidade flexível capaz de absorver as crises e se aproveitar das oportunidades do mercado, constituindo um fator específico de desenvolvimento de algumas economias locais.

No modelo adotado a alocação de trabalho é fruto da influência recíproca entre família e contexto, e a segmentação do mercado de trabalho é a chave para a sua compreensão. A família não se defronta com um mercado de trabalho indistinto, mas com vários mercados, em que a dotação geral de recursos e o capital humano da família darão diferentes condições para cada um de seus membros. A família seria a primeira “agência” da oferta de trabalho, capaz de alocar trabalho em ocupações diversas de diferentes segmentos ou setores. Assim, a pluriatividade não é um fato totalmente individual e nem uma escolha puramente da lógica familiar. A família representa o núcleo que toma as decisões sobre a produção do estabelecimento, e a presença de um de seus membros que trabalhe fora influencia tais decisões. A alocação de trabalho entre o estabelecimento familiar e o mercado é fruto de decisões interdependentes no interior da família, e a intensidade da pluriatividade dentro da família não depende só da demanda externa de trabalho, mas sobretudo das variáveis endógenas “clássicas” da família. A pluriatividade, nesse esquema, não é uma escolha ocupacional qualquer, mas sim uma opção precisa, de certo tipo de trabalho, com duração, retribuição e perspectiva de carreira bem determinadas e sua difusão contribui fortemente para incentivar processos de homogeneização social entre famílias agrícolas e não-agrícolas.

Como vimos anteriormente, Shucksmith *et alii* (1989) defendem que a pluriatividade - vista basicamente como diversificação de fontes de renda - é um resultado de uma ou

várias estratégias das famílias agrícolas e, portanto, só tem sentido referi-la ao âmbito familiar. Entre essas estratégias os autores incluem: a busca de novos mercados em resposta a alterações ou expectativas de alterações nos preços relativos; as tentativas de redução de riscos; as mudanças no ciclo familiar (saída ou entrada de filhos no mercado de trabalho, por exemplo); as mudanças na dinâmica interna da família; e as respostas à percepção de novas oportunidades de mercado (no mercado de trabalho, novos produtos e novos usos da terra, por exemplo).

Em outro trabalho, Shucksmith & Smith (1991) mostram que a pluriatividade é uma das explicações para a persistência da produção agrícola familiar na Europa e, nesse contexto, a unidade de análise relevante é, de novo, a família. O trabalho desses autores indica que há, no entanto, limites claros à pluriatividade como solução para os problemas enfrentados pela agricultura familiar: pelo lado da mobilidade do trabalho há limites porque os agricultores resistem a aceitar trabalhos manuais de baixa qualificação e baixo *status* fora da agricultura (e em muitas regiões esses são os tipos de trabalho disponíveis para eles); também a diversificação de atividades dentro da propriedade, reorientando o uso da terra (como turismo, recreação etc.), tem limites porque sua implantação geralmente exige recursos de capital de que a família não dispõe.

Embora no nível da mensuração se possa facilmente definir indivíduo pluriativo (seja em termos de tempo de trabalho ou de fontes de renda) ou família pluriativa (a que tem um ou mais membros pluriativos ou a que tem membros que trabalham em diferentes setores de atividade ou a que tem diversas fontes de renda), a discussão no plano mais conceitual é quase interminável. No âmbito do projeto Arkleton, Newby (1987) argumenta que se trata de uma questão metodológica mais geral, de saber até que ponto o estabelecimento familiar agrícola é um mero agrupamento de estratégias individuais ou desenvolve seus próprios objetivos coletivos. O trabalho de Blanc (1987) parte da hipótese de que a pluriatividade decorre da existência de **mobilidade do trabalho** (intersetorial, entre atividades organizadas com base em diferentes relações de produção, entre postos de trabalho que exigem diferentes qualificações e aprendizados) e esta por sua vez pode observar-se tanto no nível dos indivíduos (mudança de atividade no curso da vida ativa) como no plano familiar (mudança de atividade entre uma geração e outra). Após analisar detalhadamente as características da pluriatividade desde o segundo pós-guerra, conclui que o papel da família é importante num plano macrossocial (a socialização dos jovens, por exemplo), porém

“No nível microeconômico isto leva a considerar que a unidade de tomada de decisão é o indivíduo e não a família e, em conseqüência, a interessar-se muito particularmente pelas trajetórias profissionais das

peçoas, colocando em relevo em primeiro lugar sua atividade principal, que muitas vezes não será agrária.”(Blanc, 1987, p. 109)

Para Barthez (1987), à medida que o tempo parcial e a pluriatividade passaram a ser persistentes e estatisticamente relevantes seu significado também se alterou. No início, quando esses fenômenos estavam referidos à economia camponesa, a unidade de observação era a **exploração agrícola**, em que cada membro (chefe, mulher, filhos) desempenhava tarefas específicas e em tempos determinados. Como essas tarefas eram internas à exploração, provavelmente quase todas as famílias podiam ser consideradas “pluriativas” porque nesse contexto a noção de pluriatividade adotada pela autora é bastante abrangente.⁷ Veja-se, por exemplo, a seguinte afirmação:

“Por conseguinte, a família agrícola é pluriativa se se consideram os critérios utilizados em princípio para expressar o trabalho na agricultura como atividade profissional: varia individualmente a duração do trabalho e a natureza das tarefas. Se se considera a exploração agrária como lugar de atividade profissional de uma família, esta é pluriativa na medida em que a unidade de produção oferece possibilidades de divisão do trabalho em várias ‘atividades’ especializadas. Quando um se dedica à produção de cereais e outro se especializa na criação de animais, produz-se uma situação de pluriatividade.”(Barthez, 1987, p. 165)

Com o desenvolvimento da economia impulsionando a modernização agrícola e o surgimento dos tempos “inativos” (tempo parcial) alguns membros das famílias passam a ter atividades externas, inclusive em outros setores, de modo que a exploração ou estabelecimento agrícola passa a constituir “o centro de uma atividade dotada de satélites” (p.168), os quais dependerão das qualificações individuais e das estratégias de adaptação das famílias à nova situação. Nesse momento a unidade de exploração deixa de ser o único modo de compreender a pluriatividade:

“A família, universo doméstico, aparece então como o elemento essencial na interpretação desse fenômeno de pluriatividade. De tal ponto de vista, através da análise das relações familiares se deve poder compreender como se organizam as diferentes atribuições profissionais de uns e outros, assim como a co-gestão das rendas correspondentes.

⁷ Como apontam Shucksmith *et alii* (1989, p. 346), embora o fenômeno da pluriatividade seja bastante antigo, o que mudou foi a **natureza** das outras fontes de renda e emprego, em direção a atividades e negócios não-agrícolas.

Enquanto que antes a exploração agrária formava o centro unificador da família, com o desenvolvimento da pluriatividade a família se convertia, por sua vez, no centro unificador das diversas atividades exercidas por seus membros.”(p. 169)

Paradoxalmente, na evolução subsequente a própria diversidade de ocupações e as inserções individuais em mercados de trabalho organizados acaba por destruir o postulado da unidade familiar como centro da definição da pluriatividade. Cada vez mais os membros da família agrícola estão inseridos no universo profissional externo, num conjunto de relações mercantis que não se confundem mais com o universo familiar. Agora, como observa Barthez (1987, p. 176-177),

“Sem dúvida alguma, a profissionalização individual dos membros das família modifica consideravelmente os termos de troca familiares. Mas para estudar suas modalidades o ponto de partida da análise não pode ser a família como unidade em si, mas preferentemente os indivíduos que nela coabitam, tentando-se compreender como, a partir de sua dependência pessoal, conseguem integrar-se num projeto comum que os mantêm numa vida de grupo.”

(...) “A exploração agrícola como lugar único da atividade se quebra e dá lugar a uma pluralidade de adscrições profissionais. Simultaneamente, desfaz-se a família agrícola baseada na unidade profissional pela exploração agrária. O grupo de coabitantes que resulta desse duplo movimento não pode identificar-se como uma comunidade em si, fundada em regras específicas; aparece, mais bem, como o desenlace de trajetórias individuais e variadas que, num dado momento, convergem em torno de um interesse comum, formando o grupo familiar.”

Essa consideração da família a partir da independência profissional de seus membros abre, segundo a autora, a possibilidade de analisar a pluriatividade em termos de mobilidade do trabalho e, portanto, no plano individual.

Concluindo, podemos dizer que o estudo da pluriatividade pode ser feito em diversos níveis analíticos, e isto não se define abstratamente nem *a priori*, mas está relacionado com o fato de que esse fenômeno, mesmo que pensado como mera noção descritiva empírica, tem significados distintos conforme o nível (ou estágio) de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto.

No nível micro, a unidade pode ser a **família** - seja no sentido estritamente demográfico do termo, ou enquanto unidade familiar de produção - porque a decisão de um de seus membros de combinar atividades externas (não-agrícolas) com a atividade agrícola implica realocar os recursos produtivos de toda a família. O cálculo do balanço entre tempos de trabalho e rendas pertence ao âmbito familiar. Mas essa unidade também pode ser o **indivíduo**, se a família passou a ser o agregado de qualificações e estratégias profissionais de seus membros, com a atividade agrícola já restrita a um papel secundário.

Mas a “segunda atividade” não se exerce em abstrato ou descolada do resto da economia, e sim num **mercado de trabalho**, que deve constituir, portanto, um outro nível analítico. Este não é propriamente macro, mas talvez “**mesoeconômico**” (contexto), pois a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes.⁸ Essas atividades podem estar localizadas indiferentemente nas áreas ditas rurais (serviços ligados ao turismo rural, por exemplo) ou em áreas urbanas próximas (indústrias, comércio, serviços de todo tipo). O que importa é a existência de mercados de trabalho com necessidades que possam ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, o que por sua vez não depende da delimitação urbano-rural, e sim de características econômicas, sociais e culturais das **economias locais**, um nível analítico relativamente novo, ao qual dedicaremos a próxima seção.

3 Um nível mesoanalítico: as economias locais

A noção de pluriatividade tem geralmente seu ponto de origem na atividade agrícola - quer dizer, está referenciada a um **setor econômico básico** e outras atividades complementares - mas pode também ser aplicada sem a restrição de que uma das atividades seja a agricultura.⁹ Qualquer que seja o caso, ela não pode ser concebida nem analisada no

8 Há que pensar o caso dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas que se deslocam para outros estados ou países (caso do sul da Europa) durante certas épocas do ano para exercer uma “segunda atividade”, mas é de se admitir que esses tipos de deslocamento dificilmente poderiam ser generalizados para as famílias agrícolas de todo o país.

9 Não estamos tratando aqui, por exemplo, das famílias urbanas em que cada membro exerce atividades em diferentes setores da indústria, comércio ou serviços, embora também nesse caso se possa dizer que são famílias pluriativas; mas podemos, por outro lado, incluir as famílias que moram na zona rural e têm todos os seus membros trabalhando numa indústria local e no comércio, se o nosso corte privilegiar o territorial e não o setorial. Este último seria o caso de um estudo do “novo rural”, em que se buscassem as características do território, com seus novos tipos de famílias e atividades. Poderíamos observar, por exemplo, a transformação de famílias monoativas agrícolas em famílias pluriativas que abandonaram a agricultura mas continuaram a morar na propriedade rural.

âmbito exclusivo da unidade produtiva, porque implica, necessariamente, relações mercantis com outros setores de atividade, sejam seus mercados de trabalho (se a “segunda atividade” for assalariada), sejam seus mercados de produtos e insumos (se for autônoma, um estabelecimento comercial ou um serviço, por exemplo). Uma família rural agrícola que tenha membros em idade ativa disponíveis e qualificados para certos trabalhos não-agrícolas não basta, obviamente, para desencadear um processo de pluriatividade; é preciso que no seu entorno, ou na sua localidade, ou na cidade próxima haja um mercado de trabalho apto a absorver sua força de trabalho. Em outros termos, é preciso que, de um lado, a modernização agrícola (ou no outro extremo a sua inviabilidade) tenha gerado uma oferta de trabalho interna às unidades produtivas familiares e, de outro, o “contexto” territorial próximo tenha dinamismo suficiente para sustentar mercados de trabalho (ou para novos produtos, serviços autônomos etc.), ou seja, é preciso haver **demand**a adequada para o trabalho pluriativo.

Tanto para a oferta como para a demanda, nessa situação, o corte territorial é imprescindível, porque a mobilidade espacial do trabalho tem limites, pois pressupomos que: a) a família continua vinculada de alguma forma à atividade agrícola, portanto a uma área de terra especificamente localizada; b) continua a existir uma co-gestão familiar da renda e dos ativos aplicados nas várias atividades. Mesmo que a unidade de observação seja o indivíduo pluriativo, se admitirmos que uma das atividades seja agrícola coloca-se também algum tipo de limite ao deslocamento.

A noção de rural, por sua vez, como foi visto, é (ou deveria ser) estritamente **territorial ou espacial**, não podendo ser identificada com setor de atividade nem, acrescentamos, com mercado enquanto *locus* de transações mercantis específicas. Mas sua importância, mesmo enquanto critério de classificação puramente espacial, tem sido reduzida (e questionada) à medida que se mesclam em seu interior atividades econômicas, consumos, hábitos e culturas que antes eram típicas das áreas urbanas.

Já vimos algumas idéias que tentam superar o problema, e em todas elas aparece como elemento chave a **relação** do que era chamado de rural com a cidade, vila ou área urbanizada próxima, isto é, surge uma idéia de **entorno** ou **contexto** - uma espécie de nível meso de análise,¹⁰ porque ultrapassa a unidade produtiva, a família e os atores individuais

10 Trata-se, mais propriamente, de um nível meso de **agregação** espacial que leva em conta características econômicas e sociais, e que não pode evidentemente substituir os níveis de análise micro e macroeconômico e suas unidades analíticas (firmas, mercados etc.). Para uma discussão a respeito do assunto, aplicada à noção de complexos industriais, ver Possas (1992).

(micro) e fica aquém do nível geral de desenvolvimento do país ou da grande região (macro) -, no qual a economia agrícola familiar, incluindo a pluriatividade, está inserida. Esse tipo de enfoque, ainda que com denominações diversas, é sobejamente utilizado na literatura internacional, prestando-se em especial às análises do caso italiano, dada a situação peculiar daquele país (a chamada “industrialização difusa”). Nesta seção incluímos algumas ilustrações desse enfoque, com o objetivo de defender a necessidade de rever os cortes territoriais tradicionais presentes nas nossas estatísticas e de suscitar esforços no sentido de propor novos agrupamentos descritivos ou analíticos mais adequados.

No seminário sobre desenvolvimento descentralizado patrocinado pela FAO no México em 1997 vários trabalhos adotam ou propõem esse tipo de abordagem, como ilustra a seleção a seguir.

Gordillo de Anda (1997), por exemplo, centra a argumentação no surgimento das “cidades médias” e na descentralização (industrial, fiscal, institucional etc.) como elementos que forçaram uma redefinição do rural e a adoção de novos recortes analíticos. A nova definição de **espaço rural** seria

“a zona fora da área metropolitana que integra os povoados rurais e as cidades médias que evoluíram a partir desses povoados.”(Gordillo de Anda, 1997. p. 3)

O autor analisa a necessidade de levar em conta as múltiplas dimensões dos espaços rurais e a heterogeneidade de seus habitantes para a reconstrução das **instituições**, que facilite a interação entre os atores (mercado, Estado, sociedade civil) nesse novo contexto.

A tese central de outro trabalho (Paniagua, 1997) é que o desenvolvimento da agricultura é um processo recíproco do desenvolvimento urbano, contra a percepção generalizada que vê uma precedência histórica do desenvolvimento rural sobre o urbano. Argumenta que o potencial de desenvolvimento depende da inserção de cada espaço nos mercados, da existência de vantagens comparativas naturais e da dotação de externalidades, sobretudo a proximidade a centros urbanos de maior dinamismo.(Paniagua, 1997. p. 8-9)

Considerando que na maioria dos países latino-americanos o fenômeno da transição demográfica já está resultando numa redução da migração aos grandes centros urbanos e numa multiplicação de cidades de porte médio, torna-se importante perceber que estas cidades podem dar um novo alento ao desenvolvimento regional, à descentralização econômica interna e ao surgimento de mercados locais, “*criando um conjunto inédito de*

externalidades para a economia agrícola local e regional. Não só se incrementa a demanda de alimentos derivada do crescimento da população urbana, mas também o desenvolvimento de pequenas e microempresas gera consumos intermediários que exigem encadeamentos cada vez mais estreitos com a produção agrícola do entorno. O artesanato, o turismo, os serviços, a construção etc. fazem parte da nova realidade urbana regional, distanciando-se da imagem das megalópolis subdesenvolvidas.” (Paniagua, 1997, p. 10-11) Os espaços rurais que ficam no interior desses sistemas urbanos interconectados, liderados pelas cidades médias, podem ser concebidos como “**clusters agroindustriais**”, e são esses espaços que têm potencial para o desenvolvimento econômico.

Também para Figueroa (1997) a economia rural está sempre integrada a uma cidade, e a economia regional, combinação de uma cidade e seu entorno rural, é o contexto adequado para compreender o desenvolvimento rural. Seu trabalho representa uma tentativa de inserir teoricamente o tema da vinculação rural-urbana no marco da Nova Economia das Instituições (a partir do trabalho de Douglas North). A proposição teórica da escola institucionalista é de que as formas das trocas observadas dependem dos **custos de transação**, prevalecendo aquelas com menores custos de transação. Na economia rural esses custos são elevados porque os mercados são pouco desenvolvidos, de forma que parte das transações da economia rural tende a dar-se fora do mercado. Em países da América Latina com alto peso de economias camponesas alguns mercados não existem (por exemplo, o mercado de seguros) e outros são incipientes (mercados financeiros), tornando mais difícil a modernização da agricultura. Em cada economia regional existem então transações que são de mercado e outras de “não-mercado” (baseadas em relações de parentesco, reciprocidade e normas tradicionais); os mercados são **regionais** (e não rurais) e quanto maior o tamanho da cidade em relação a seu entorno rural, maior será o peso das transações efetuadas em mercados no total das transações da região. Quanto maior a cidade, mais a economia se baseará nas regras de mercado, mais impessoais serão as relações e mais isso se transmitirá ao meio rural:¹¹

“Um país com áreas urbanas compostas de poucas megalópolis, ou de muitas cidades pequenas, não permitiria o desenvolvimento generalizado dos mercados regionais. Ao contrário, um país com áreas urbanas compostas de muitas cidades de tamanho médio geraria condições favoráveis para o desenvolvimento dos mercados e, portanto, para o desenvolvimento rural. Certamente a urbanização ajudaria o

11 Para o autor, isso tornaria as instituições rurais mais eficientes para a modernização.

desenvolvimento rural, mas não qualquer urbanização e sim aquela geograficamente descentralizada.”(Figuerola, 1997, p. 13)

No caso brasileiro, segundo Faria (1976), as características do sistema urbano, ao contrário da maioria das economias de origem primário-exportadora, afastaram-se do modelo urbano *primate city*, dando lugar a uma assimetria entre a distribuição da população (dispersa) e a distribuição da industrialização (concentrada). O sistema urbano resultante moveu-se em direção a uma distribuição **lognormal** da população por tamanho da cidade, isto é, uma população mais bem distribuída entre os diversos estratos de tamanho de cidades, formando uma rede urbana mais diferenciada, dispersa e integrada. Isto seria, em termos do tema tratado nesta seção, uma vantagem para o desenvolvimento das áreas rurais e dos mercados de trabalho locais.

Garofoli (1997), referindo-se ao caso italiano, argumenta que desde meados dos anos 70 é possível observar um novo modelo de desenvolvimento regional baseado na criação de “territórios” e na proliferação de pequenas empresas. O espaço assume características de um “território”, isto é, um *clustering* de relações sociais e um fator estratégico de oportunidades de desenvolvimento. Nessas áreas as relações entre a economia e o ambiente (contexto) e as redes locais entre firmas tornam-se fundamentais, constituindo a base para **economias externas à firma mas internas à área**. É o modelo conhecido como “industrialização difusa”, que depende de **fatores endógenos**, como a presença de trabalho autônomo e de *know-how* local, coesão cultural, habilidades profissionais, organização familiar dos tempos de trabalho e rendas etc., e de **condições externas** favoráveis, como as novas tecnologias e a crise dos mercados de produção massiva. O “território” tem papel central no processo de desenvolvimento econômico, cobrindo aspectos como informação, produção, mercado de trabalho e governança sócio-institucional e os fatores de sucesso são eminentemente locais. Para que se forme um mercado de trabalho, para que os rurais possam ter múltiplas atividades, é preciso um certo desenvolvimento industrial descentralizado que crie áreas dinâmicas, de forma que os estudos devem ter um nível de agregação espacial o menor possível.

No mesmo sentido vai o trabalho de Bagnasco (1997). Discutindo os efeitos da industrialização difusa, presente no Centro e Nordeste da Itália, mostra como as cidades médias com grande número de pequenas empresas mostram-se fundamentais para gerar o desenvolvimento. Mas as regiões só puderam aproveitar essas novas possibilidades da industrialização difusa por contarem com certas características **locais**, entre as quais destaca-se a sua inserção em redes compactas de cidades grandes e pequenas que conferem ao território funções urbanas (comércio, comunicações, estradas, bancos) que rebaixam os custos de transação. Além disso, essas cidades contavam com um tipo especial de articulação com o campo - caracterizado por uma estrutura social específica, a da família

camponesa autônoma - que viabilizou um mercado de trabalho flexível. Essas famílias camponesas puderam ir combinando, assim, rendas agrícolas e de trabalho industrial, acumulando às vezes um capital que permitia a um filho abrir seu próprio negócio artesanal ou industrial no futuro, formando o que autor chama de “**campo urbanizado**” Hoje, no entanto, a família camponesa já não é mais tão importante, e quase todos os trabalhadores vivem em centros urbanos. (Entre 1951 e 1991 a população agrícola na Itália passou de 42,2% para 8,5% do total).

Entre as mais importantes contribuições para a discussão da ruralidade e da industrialização difusa na Itália encontram-se os trabalhos de Saraceno (1994a, 1994b, 1996, 1997).

Segundo essa autora, até os anos 70 a industrialização e terciarização da economia coincidiam espacialmente com o processo de urbanização e as diferenças espaciais eram interpretadas como desequilíbrios que poderiam ser corrigidos pelo mercado ou pelas políticas econômicas.

Recentemente, verificou-se uma ruptura, na economia industrial, no sentido de mostrar que pequenas e médias empresas podem, em certos contextos, operar de forma eficiente e exibir vantagens competitivas em relação às grandes. Constatou-se em várias regiões que uma multiplicidade de sistemas tecnológicos e organizacionais pode coexistir e se reproduzir, sem se mover em direção a um padrão de eficiência predeterminado, ou seja, há múltiplas trajetórias para o desenvolvimento econômico e as diferenças espaciais persistem e podem ser relevantes para a manutenção da competitividade. Na França, as áreas periurbanas foram as que tiveram o maior crescimento do emprego total (agrícola e não-agrícola) e da população, enquanto no rural o emprego declinou; a redistribuição da população foi mais importante que a do emprego. Na Itália, ao contrário, a redistribuição do emprego foi maior que a da população, favorecendo as pequenas e médias cidades. Mas as áreas rurais intermediárias, como quer que sejam classificadas, foram as que mais diversificaram espontaneamente as atividades. Conclui então que

“A referência espacial relevante parece ser a região ou, mais apropriadamente, a economia local.”(Saraceno, 1994b, p. 326)

Em vista dessas mudanças, o aparato conceitual deve evoluir, incorporando de forma crucial o conceito de “ambiente produtivo” uma unidade de referência em que uma específica combinação de fatores (sociais, econômicos, tecnológicos, institucionais) é organizada de uma forma particular e determina sua competitividade, isto é, esse contexto local é que vai determinar a capacidade de desenvolvimento das áreas rurais, na presença ou não de centros urbanos importantes.

“É a economia regional ou local, em que operam as pequenas e médias empresas, que deve ser descrita como um todo: seus aspectos e inter-relações multissetoriais, seus vínculos sociais, sua organização institucional e capacidade de reproduzir-se no tempo e sua integração com outras economias locais, nacionais ou internacionais.”(idem, p. 327)

Conclui que o enfoque rural-urbano da diferenciação espacial era relevante enquanto os processos de urbanização e industrialização operavam da maneira clássica, típica da primeira geração de países desenvolvidos. Com o descolamento entre espaço e setor (industrialização difusa, novas funções de lazer das áreas rurais, descentralização dos serviços públicos) surge um novo tipo de área, mais dinâmica, que era uma área rural, mas tornou-se periurbana ou de industrialização difusa. O melhor termo para descrevê-las é **economia local** e sua análise deve conter pelo menos duas dimensões: diversificação interna e integração externa.

Esta idéia é aplicada, por exemplo, para explicar a persistência da pequena exploração familiar agrícola no período recente de industrialização (anos 70 e 80) na Itália. Os fatores que contribuíram para essa persistência foram: a criação de “**economias de diversificação**”, pela divisão do trabalho; a **pluriatividade**, que resolveu o problema das baixas rendas (os pequenos estabelecimentos tornaram-se estruturalmente dependentes da pluriatividade e do mercado de trabalho diversificado) e, finalmente, as **economias externas** geradas pelas cadeias agroindustriais, que mantiveram rentável a própria produção agrícola.

Os casos estudados na Itália e Europa em geral indicam que o crescimento da competitividade está associado com dois elementos novos: as economias de escopo¹² ou

12 Economias de escopo ou de produção conjunta são obtidas quando a produção conjunta de diferentes produtos por uma firma é maior do que se fosse realizada por duas (ou mais) firmas, cada uma produzindo um único produto, usando a mesma quantidade de insumos. Produzindo dois ou mais produtos a firma pode usufruir vantagens de custo resultantes da utilização conjunta de insumos ou de meios de produção, programas conjuntos de *marketing*, economias decorrentes de uma administração comum; recursos gerenciais, maquinaria e trabalho qualificado podem ser compartilhados, gerando economias de custo em comparação com a produção separada dos bens em questão. Tipicamente, a presença de economias de escopo significa que as curvas de transformação dos produtos (que descrevem as diferentes combinações de dois produtos que podem ser obtidas com a mesma quantidade fixa de insumos) são negativamente inclinadas e **côncavas** para baixo. (Pindick e Rubinfeld, 1995, p. 216 ss) De acordo com Chandler (1990) pode-se usar o termo economias de escopo também na distribuição: por exemplo, usando a mesma rede de refrigeração um atacadista pode distribuir laticínios, carnes, frutas e vegetais frescos com vantagens de custo que poderão beneficiar inclusive as empresas compradoras. As economias de escopo são, na verdade, o estímulo mais comum à diversificação tanto na produção como na distribuição e *marketing* e inclusive nas atividades de P&D (quando não sejam pesquisas produto-específicas).

diversificação e a demanda segmentada. No passado o princípio que guiou tanto as áreas rurais (agrícolas) quanto as áreas urbanas (indústrias e serviços) era o das economias de escala; hoje esse princípio deu lugar a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, ampliando a gama de oportunidades de trabalho e a capacidade de resposta em períodos de crise e favorecendo a integração entre setores de diferentes níveis tecnológicos. Este novo princípio é o das **economias de escopo**, que tem conduzido a uma diversificação interna e maior integração externa das regiões, como é o caso das “economias locais” e da industrialização difusa. O segundo elemento é a crescente **segmentação da demanda**¹³ de produtos, sendo as pequenas e médias empresas a resposta da economia às novas condições do mercado, com padrões de consumo crescentemente diferenciados e para os quais essas empresas, ligadas entre si por redes mais ou menos formais, se mostram mais eficientes que as grandes. (Saraceno, 1997)

Nesses novos contextos, a capacidade explicativa dos antigos critérios de diferenciação espacial, entre os quais destaca-se o binômio urbano-rural, foi-se exaurindo e, segundo a autora, as “economias locais” são mais satisfatórias para captar as dinâmicas em curso:

“No curso dos anos 80 verificou-se em muitas regiões, não apenas européias, uma inversão ou desaceleração dos fluxos migratórios tradicionais entre as zonas rurais e urbanas, de um lado, e uma difusão das atividades econômicas que privilegiava não mais apenas as zonas urbanas, mas também os centros menores e as zonas rurais. Na Itália esse fenômeno foi particularmente significativo e foi a origem da individualização da “Terceira Itália” e dos fenômenos de industrialização difusa. Muitas explicações assinalam a importância dos processos de internacionalização da economia na origem dessas inversões de tendência. Essa evolução inesperada deve ser ainda analisada e interpretada sem pré-julgamentos, mas é claro que as suas implicações para o desenvolvimento rural (e agrícola) são extremamente importantes desde que colocam em jogo a competitividade das áreas rurais e o significado da diversificação em curso.

13 Refere-se ao peso crescente da procura por produtos diferenciados e específicos (vinho de tal região ou safra, leite em pó para diferentes faixas etárias, produtos com baixo teor de calorias, produtos sem agrotóxicos, novas fontes vegetais de proteínas etc.) ou nichos de mercado, em contraposição ao consumo massivo de *commodities* e seus derivados.

Parece portanto que nos processos reais há, de um lado, uma variação dos termos de troca entre zonas urbanas e zonas rurais que nos obriga a rever as nossas categorias de análise e, de outro, há também um deslocamento espacial dos 'centros' de desenvolvimento entre regiões e países: ambas estas tendências colocam em crise a capacidade explicativa tradicionalmente atribuída às dinâmicas urbano-rurais e assim também ao conceito de ruralidade. Emerge também a possibilidade, freqüentemente tomada de forma otimista, de que o destino das zonas rurais localizadas no interior de regiões dinâmicas tenha muito mais oportunidades que no passado.”(Saraceno, 1996, p. 5)

Sua tese central é que a “lógica regional” explica muito mais, em cada período do desenvolvimento (e não só no período recente), do que a lógica “rural-urbano” mesmo que se agreguem à definição, além da densidade demográfica ou tamanho populacional, outros indicadores mais sofisticados (atividades agrícolas, mudanças sociais e econômicas etc.). A redistribuição do emprego industrial em favor das cidades menores, com diferentes padrões regionais, um significativo processo de difusão territorial de serviços, inclusive a descentralização dos serviços públicos e o descolamento entre agrícola e rural levaram, portanto, à necessidade de introduzir um novo critério espacial, definido como **economia local**:

“O enfoque da economia local é baseado num espaço mais precisamente definido, não necessariamente coincidente com uma região administrativa. Idealmente, ele seria delimitado pela maior área contígua em que tenha lugar o fenômeno da comutação¹⁴ e/ou empresas troquem quantidades relevantes de bens e serviços segundo um padrão consistente.”(Saraceno, 1994a, p. 456)

(...) “Em contraste com a categoria rural/urbano, baseada na homogeneidade e não-contigüidade de suas características espaciais, o enfoque da economia local/regional é baseado nos efeitos de heterogeneidade e contigüidade, procurando descrever as várias formas de integração e trocas que se desenvolvem entre seus segmentos espaciais e setores de atividade. A presença ou ausência de centros

14 *Commuting* no original. Refere-se a viagens ou deslocamentos diários para o trabalho.

urbanos de diferentes tamanhos em termos demográficos numa região ou numa economia local é um fato relevante, mas não um critério a priori.” (idem, p. 468-469)

A idéia de substituir os critérios tradicionais de “áreas homogêneas” e descontinuidade urbano-rural por agrupamentos espaciais diversificados e contíguos, nos quais as informações e transações fluem em redes mais ou menos complexas, dinâmicas ou eficientes - de forma quase independente da localização urbana ou rural das atividades¹⁵ - parece constituir uma linha metodológica profícua para realizar agrupamentos espaciais em níveis subnacional e subestadual nos estudos de pluriatividade.

4 Sugestões para pesquisa

A discussão anterior sugere evitar a aplicação mecânica de termos que, uma vez disseminados, vão perdendo seus limites conceituais mais precisos tornando-se, com isto, meras referências sem muito poder analítico. Tal pode vir a ser o caso da pluriatividade que, embora há muito disseminada na realidade e na literatura econômica e sociológica dos países desenvolvidos, só mais recentemente vem sendo objeto de análise em nosso País.

Os estudos citados deixam claro que a unidade relevante para a definição e análise empírica da pluriatividade não pode ser estabelecida *a priori*, mas depende das características específicas da região ou do grupo econômico que se quer analisar.

Haverá casos - por exemplo, regiões de agricultura familiar consolidada - em que o estabelecimento rural ou a família é a unidade de decisão relevante, devendo-se pensar então em **famílias pluriativas**, definidas a partir das diferentes combinações de atividades e rendas em seu interior.¹⁶ Uma idéia importante, neste caso, é a de “recursos partilhados”, isto é, a família mantém suas características de unidade de renda e de gastos, mesmo que parte desses recursos seja gerida de forma mais ou menos independente por membros individuais.

15 Não se pode dizer, obviamente, que a localização das atividades industriais, financeiras e de serviços seja totalmente independente das concentrações urbanas. Está-se querendo chamar a atenção para o fato de que a manutenção de limites rígidos entre urbano e rural não ajuda a esclarecer as dinâmicas regionais e, particularmente, a pluriatividade.

16 Deve-se lembrar que a identidade entre família e estabelecimento agrícola faz sentido na Europa e EUA, mas no nosso caso é fundamental distinguir domicílios rurais, famílias e explorações familiares, dada a diversidade de tipos de “famílias expandidas” presentes no meio rural.

Mas em outros casos - em que os objetivos do estudo são o emprego e os mercados de trabalho - o **indivíduo pluriativo** é a unidade de observação adequada, porque cabe a cada um dos membros da família individualmente, dadas as suas qualificações e disponibilidades, procurar as melhores oportunidades e a melhor forma de inserção nos diferentes mercados de trabalho e setores de atividade.

Quanto à categoria espacial, os textos indicam a necessidade de ultrapassar os cortes formais das fontes de dados (urbano-rural e derivados) e buscar uma unidade territorial que tenha algum significado econômico e social mais adequado para melhorar nossa capacidade analítica ante as atuais transformações do território. Como se viu antes, a idéia de “economia local” é uma forma interessante de fazer essa abordagem.

Isto coloca um problema empírico de difícil solução, mas para o qual vale a pena dirigir esforços, qual seja, o de gerar agregados territoriais com significado relevante a partir de variáveis mensuráveis e disponíveis. Nos levantamentos diretos em áreas restritas (estudos de caso) parte do problema deixa de existir porque podemos criar nossas próprias variáveis e seus indicadores e delimitar espaços livres de limitações administrativas, censitárias e estatísticas. Já nas análises mais abrangentes, a partir de estatísticas censitárias ou amostrais, é preciso realizar um esforço adicional no sentido de gerar tipologias ou agrupamentos (*clusters*) a partir de variáveis e níveis de agregação previamente estabelecidos (por exemplo, municípios, distritos censitários etc.).

Um aspecto chave na discussão, que é a forma de associar os dois temas propostos neste trabalho - atividade e território - do ponto de vista econômico e social, é o de “inserção na economia local” isto é, como se dá a interação e integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes econômicas e sociais locais, e nos mercados locais e nacionais. A pluriatividade é uma dessas formas de inserção. As empresas familiares, por exemplo, podem se inserir numa economia local via *filière*, isto é, conectadas a um sistema local com predomínio de uma cadeia (produto), como nos casos de integração agroindustrial; outras formas de inserção podem ser os mercados diversificados de produtos de massa (*commodities*) ou de especialidades, ou ainda os mercados de trabalho (agrícolas ou urbanos) ou as inserções especializadas (por exemplo, nas áreas de usinas açúcar ou nos distritos industriais).

Os temas para pesquisa sugeridos pela revisão bibliográfica indicam que é ampla a área de conhecimento a ser preenchida por estudos gerais ou de casos específicos, regionais e locais. Alguns desses temas são a seguir arrolados:

- * importância relativa dos fatores internos à família (composição, ciclo vital, qualificações etc.) e das condições externas (características das economias locais: mercados de trabalho, produtos e serviços, presença de concentração urbana) no surgimento e na evolução da pluriatividade;
- * importância relativa das diferentes fontes de renda da família pluriativa, em termos de atividades agrícolas e não-agrícolas e de outras fontes (pensões, aluguéis, rendas, remessas), segundo o tipo de família e de economia local;¹⁷
- * formas de inserção da pluriatividade nas estratégias econômicas da família: diversificação da aplicação de capital visando obter economias de escopo e reduzir custos de transação (ou modificar sua estrutura) vs. estratégia de sobrevivência para evitar a “diferenciação para baixo”;
- * formas de pluriatividade e sua relação com as estratégias familiares: entrada em mercados de trabalho (agrícolas e não-agrícolas), inserção em novas cadeias produtivas fora da propriedade (novos produtos agrícolas, processados, não-agrícolas) e destinação dos recursos da propriedade a novos usos (turismo, alojamentos etc.);
- * possibilidades de gerar tipologias de economias locais e de famílias pluriativas que permitam obter uma compreensão mais abrangente da problemática;¹⁸
- * relações entre os diversos tipos de sistemas urbanos (mais concentrados ou mais espalhados no interior) e as características da pluriatividade na agricultura;
- * análise das implicações dos pontos anteriores para políticas setoriais e regionais voltadas para as populações agrícolas (ou rurais);¹⁹

17 No caso descrito por Shucksmith & Smith (1991), por exemplo, constatou-se que a maior parte das famílias agrícolas para as quais as rendas não-agrícolas superavam as rendas agrícolas eram na verdade de “*new entrants*” isto é, famílias que provinham de atividades não-agrícolas e só recentemente haviam adquirido ou herdado uma propriedade agrícola. Não se tratava, portanto, de um movimento de diversificação de atividades a partir da agricultura, como nos casos usualmente estudados.

18 A maioria dos estudos revisados consiste de análises em profundidade em localidades bastante restritas.

19 A maioria dos trabalhos europeus sobre pluriatividade e economias locais, incluindo o do Arkleton Trust, insere-se no contexto de discussão das políticas, notadamente das reformas da PAC no fim dos anos 80.

- * análise das possibilidades, vantagens e desvantagens das diferentes fontes de dados empíricos, como PNAD e Censo Demográfico, para a caracterização da pluriatividade na agricultura. O Censo Agropecuário, por ter como unidade de observação o estabelecimento agropecuário, não se presta, obviamente, para apreender o fenômeno em questão.

A implementação de uma proposta como essa requer, como trabalho empírico, primeiramente a delimitação e identificação da “região” ou economia local, a partir do(s) centro(s) urbano(s) mais próximo(s) da área objeto de estudo e, posteriormente, a identificação das formas de inserção do objeto (famílias, empresas, áreas rurais etc.) nessa economia local, envolvendo as relações mercantis não só dos produtos, mas também do trabalho. As dificuldades de um tal empreendimento são óbvias, mas esforços em sua direção poderão tornar mais produtivos os resultados das pesquisas sobre os temas aqui abordados.

Referências bibliográficas

- Bagnasco, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*. Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997
- Barthez, Alice. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. Arkleton Research. *Cambio Rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, 1987, p. 161-177
- Blanc, Michel. Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconomico. Arkleton Research. *Cambio Rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, 1987, p. 89-109.
- Cabral, Manuel Villaverde. Pluri-activité et stratégies paysannes d’abandon de l’agriculture- deux exemples. *Information sur les sciences sociales*, v. 26, n. 2, p. 319-344, 1987 Reproduzido em Godelier, M., *Transitions et subordinations au capitalisme*, Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l’Homme.
- Carneiro, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? In: XVII Encontro Nacional do PIPSA, 1994, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1995, p. 50-58.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 1997. p. 147-185.

Chandler, Jr. Alfred D. *Scale and scope dynamics of industrial capitalism*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

Comissão das Comunidades Europeias. A situação da agricultura na Comunidade, Relatório 1992. Bruxelas, Luxemburgo, 1993.

De Benedictis, Michele. Agricultura familiare in transizione: nodi teorici ed evidenze empiriche. *In: De Benedictis, M. Agricultura familiare in transizione*. Studi e Ricerche, Itália: INEA, 1995, p. 11-42.

dos Anjos, Flávio S. A agricultura em tempo parcial: elementos de discussão para um enfoque sociológico. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 12, n. 1/3, p. 39-54, 1995.

Faria, Vilmar. O sistema urbano brasileiro- Um resumo das características e tendências recentes. *Estudos CEBRAP* 18, S.Paulo: Ed.Cebrap, p. 91-115, 1976.

Figueroa, Adolfo. Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural en América Latina. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*, Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997.

Fuller, Anthony M. Part-time farming: the enigmas and the realities. *In: Schwartzweller, H. (ed.), Research in Rural Sociology and Development*. JAI Press Inc. v. 1, p. 187-219, 1984.

_____. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, 1987.

Garofoli, Gioacchino. Rural development and diffuse industrialisation: learning from Italian experience. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*. Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997

Gasson, Ruth. Part-time farming: a note on definitions - comment. *Journal of Agricultural Economics*, Ashford, UK., v. 42, n. 2, p. 200-201, 1991.

Gordillo de Anda, Gustavo. Restructuración institucional y revalorización de los vínculos rural-urbano. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*. Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997.

Graziano da Silva, José *et alii*. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, S. Paulo, v. 11, n. 2, p.50-64, 1997a.

Graziano da Silva, José. O novo rural brasileiro. In: Shiki, S. *et alii* (org.), *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*, Uberlândia, 1997b, p. 75-100.

_____. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas nas novas PNADs. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 1997c, p. 114-146.

IBGE. *Censo Demográfico de 1991 Brasil*. Rio de Janeiro, 1994.

Le Heron, Richard; Roche, Mike; Johnston, Tom. Pluriactivity in New Zealand Agriculture in the 1980s - a benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems. *Geoforum*, v. 25, n. 2, p. 155-172, 1994.

Lund, Philip J. Part-time farming: a note on definitions. *Journal of Agricultural Economics*, Ashford, UK, v. 42, n. 2, p. 196-199, 1991.

Mantino, Francesco. Famiglia, pluriattività e mercati del lavoro: il quadro teorico e i risultati della ricerca. In: De Benedictis, M. *Agricoltura familiare in transizione*. Studi e Ricerche INEA, Itália, 1995. p. 255-283.

Marcondes, J. V. Freitas. A agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo e a industrialização. S. Paulo, *Sociologia*, v. 24, n. 1, p. 29-40, 1962.

Marsden, Terry. Towards the political economy of pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, v. 6, n. 4, p. 375-382, 1990.

Murdoch, Jonathan & Marsden, Terry. *Reconstituting rurality - class, community and power in the development process*. London: UCL Press, 1994.

Newby, Howard. La familia y la explotación agraria. Arkleton Research. *Cambio rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, 1987, p. 155-159.

OECD. *Territorial indicators of employment focusing on rural development*. Paris, 1996.

Paniagua V., Alberto. Criterios y procedimientos para identificar espacios rurales capaces de articularse positivamente a ciudades intermedias. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*, Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997.

Pindick, Robert S. & Rubinfeld, Daniel L. *Microeconomics*. 3rd edition. Prentice-Hall International Inc., 1995.

Possas, Mario L. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. *Texto para Discussão* n. 9. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, junho de 1992.

Saraceno, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. *European Review of Agricultural Economics*, Berlin, v. 21, p. 451-474, 1994a.

_____. Recent trends in rural development and their conceptualisation. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994b.

_____. Il concetto di ruralità: problemi di definizione su scala europea. Programa de Seminários INEA sobre DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS, Métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 de outubro de 1996.

_____. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a European experience. *SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO*. Taxco, México: FAO/ONU, abril de 1997.

Shucksmith, Mark *et alii*. Pluriactivity, farm structures and rural change. *Journal of Agricultural Economics*, Ashford, UK., v. 40, n. 3, p. 345-360, 1989.

Shucksmith, Mark e Smith, R. Farm household strategies and pluriactivity in Upland Scotland. *Journal of Agricultural Economics*, Ashford, UK., v. 42, n. 3, p. 340-353, 1991.

